

Sobre Portugal e a Guerra na Frente Africana da Grande Guerra de 1914-1918*

Nuno Lemos Pires

Coronel de Infantaria/Operações Especiais, Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, é atualmente o Comandante do Corpo de Alunos e Professor na Academia Militar. Exerceu funções de comando, estado-maior e ensino em diversas unidades e estabelecimentos das Forças Armadas. Esteve mais de cinco anos em serviço na NATO e participou em diversas missões internacionais, entre as quais se destacam: Moçambique, Angola, Paquistão e Afeganistão. Tem oito livros publicados e é autor de mais de 100 capítulos ou artigos em vários livros e publicações, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Resumo

Muito, mas mesmo muito, se poderá escrever sobre a primeira guerra em África e, por extensão, sobre a participação de Portugal nesta frente. Porque, em síntese, sempre houve e continuará a haver, muito pouco interesse sobre a frente africana, o que há é pouco, com visões demasiado nacionais e pessoais e muitos textos, em especial os mais antigos, eivados de uma grande carga política. Por fim falta, quase sempre, tanto a dimensão comparativa entre a ação das potências beligerante além do panorama geral e global como, fundamentalmente, dos efeitos sobre as populações nativas que não decidiram entrar na guerra mas foram as que mais a sofreram.

Abstract

About Portugal and the War in the African Front during the Great War of 1914-1918

Much could be written about the First World War in Africa as well as the Portuguese experience in this front. This is true, because, in a nutshell, there has always been little curiosity about Africa in WWI. It is also probable that this situation will continue. The little that has been published so far consists mainly of nationalistic visions and personal opinions, with the majority of texts, especially the oldest ones, revealing heavy political references. What is missing is a global and overall view, as well as a comparative analysis between all belligerents. Finally, almost no encompassing studies have been carried out over the effects of the War on the native populations which did not decide to enter it but being the ones that suffered the most.

* Comunicação efetuada no *workshop* “O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra”, em 8 de abril de 2015 no Instituto da Defesa Nacional.

Introdução

Muito, mas mesmo muito, se poderá escrever sobre a primeira guerra em África e, por extensão, sobre a participação de Portugal nesta frente. Porque, em síntese, o que há é pouco, com visões demasiado nacionais e pessoais e muitos textos, em especial os mais antigos, eivados de uma grande carga política.

Para este *workshop*, organizado em boa hora pelo Instituto da Defesa Nacional, foi pedido que explanássemos o ponto em que nos encontramos – individualmente e nos grupos de investigação da Academia Militar constituídos para o efeito¹. Assim, dividimos este pequeno texto em duas partes, uma primeira sobre a panorâmica geral da investigação sobre a Grande Guerra em África e, uma segunda, o estado da arte, relativamente à participação portuguesa nesta frente.

Para simplificar a análise optámos por eleger alguns fatores, primeiro, seguidos da correspondente argumentação e acrescidos dos pontos de situação em que estão cada um dos pontos em destaque.

Perspetivas Sobre a Frente Africana na Primeira Guerra Mundial

O primeiro fator parece evidente: sempre houve e continuará a haver, muito pouco interesse sobre a frente africana. A maioria das obras publicadas, e os estudos encontrados, são-no a partir das experiências nacionais não havendo, geralmente, uma dimensão comparada entre as potências beligerantes.

Não havendo uma dimensão comparada, encontramos um segundo fator (dos principais) que têm debilitado as análises construídas e apresentadas à estampa: são estudos por vezes incompletos e feitos, quase exclusivamente, a partir de uma perspetiva nacional. Em parte o segundo fator resulta do primeiro, do pouco interesse, porque também se poderá assim afirmar que o tema tem merecido pouco estudo, investigação e, ainda menor, divulgação e discussão ficando assim, apenas, pelas perspetivas (poucas) nacionais².

Numa análise mais profunda ressalta um facto evidente que, ao contrário do que foi feito para outras frentes, não existem obras coletivas, com autores dos vários países participantes, a publicar um estudo comparado e crítico sobre a frente africana. Os que existem até hoje são estudos e publicações feitas a partir de um determinado autor usando fontes nacionais, internacionais e complementadas (nas melhores obras) com fontes recolhidas nos outros países. Mas quase não se encontra contraditório, discussão académica, visões debatidas e consensualizadas. Há as visões britânicas, as sul-africanas, as alemãs, as belgas, as portuguesas, as francesas e, praticamente, não há quaisquer visões africanas. Não há, em síntese, uma obra coletiva que inclua e discuta as várias visões.

1 Ver bibliografia.

2 Apresentamos na bibliografia algumas das principais obras entretanto publicadas.

Apresentamos, de seguida, o que pensamos serem as principais razões para estes dois fatores.

Embora existisse pouco interesse pela frente africana, a Europa demonstrou imenso interesse por África nos anos anteriores à guerra. O continente africano, no final do século XIX e princípio do XX, era considerado como extremamente importante para a Europa e, consequentemente, as disputas territoriais foram frequentes. O fundador da Alemanha, Bismark, tinha avisado que a procura de territórios em África levaria inevitavelmente a “conflitos indesejados”. Para lá das guerras denominadas de “pacificação” em toda a África apareciam agora as “guerras de brancos”, combatidas entre poderes europeus, sendo a mais notória a guerra Anglo-Bóer que levou, por exemplo, à mobilização de mais de 400 mil militares britânicos e deixou, no final deste conflito, a África do Sul, completamente arruinada. Alguns dos conflitos quase levaram a guerras abertas, opondo interesses entre a França e a Grã-Bretanha, ou entre a Alemanha e a França com a Grã-Bretanha e a Espanha, ou Portugal contra a Grã-Bretanha e, ainda, muita desconfiança de Portugal e da Bélgica sobre as reais possibilidades das negociações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha sobre os territórios africanos. Mas, na verdade, as potências coloniais não se confrontaram militarmente, diretamente, opondo forças de umas às outras, em África, até ao início da Grande Guerra.

A Primeira Guerra Mundial, em África, envolveu inúmeras nações e povos: alemães, britânicos, portugueses, franceses, belgas, sul-africanos, indianos além dos inúmeros povos locais, que direta e indiretamente sofreram as agruras deste longuíssimo e vasto conflito. Apenas para dar uma ideia da magnitude dos efeitos desta guerra, lembramos que entre as vítimas deste conflito estão os 45 mil carregadores do Exército Britânico e, se contarmos com todas as forças africanas combatentes ao lado dos britânicos, os mortos atingiram os 100 mil, ou seja, tantos como os americanos que morreram na Grande Guerra. Decisivamente, no futuro teatro de operações africano, entre 1914 e 1918, a política pouco previra, antecipara, determinara e fizera para efetivar estratégias coerentes e exequíveis para as suas forças. De facto, nem a política global era conhecida, nem a clareza de visões se afirmava no continente africano. Decisores políticos e responsáveis operacionais divergiam na grande política, na aplicação da estratégia e no entendimento do papel respetivo que cabia a cada um para fortalecer uma posição comum político-militar. Todos desconfiavam de todos e pouco queriam colaborar entre si³.

3 Símbolo desta pouca vontade de colaborar está o desejo manifestado pela França de enviar, desde Madagáscar, um Corpo Expedicionário (*Corp Mobile*) com quatro batalhões para combater na África Oriental, com dois dos batalhões já prontos para partirem no início de 1915: um batalhão de malgaches e outro composto por forças europeias, crioulas, senegalesas e camaronesas. Mas a desconfiança britânica de que esta participação francesa era uma forma de, poste-

Os interesses de todos eram muito diversos e opostos: as rivalidades eram maiores que os objetivos de cooperação entre a Grã-Bretanha com Portugal, com a França e a Bélgica (Anderson, 2014, p. 36). Na Alemanha, o secretário para as colônias, Dr. Wilhelm Solf, ambicionava uma *Mittelafrika* alemã que fosse de costa a costa incluindo territórios belgas e portugueses. A Bélgica teve uma aproximação diferenciada ao conflito a partir do momento em que a Alemanha invadiu parte do seu território na Europa (Samson, 2013, pp. 33 e 53; Marques, 2012, p. 113; Anderson, 2014, pp. 18-19 e 23). Assim se explica, em parte, que partindo de um ambiente de enorme desconfiança, que as análises posteriores, enformassem de alguma desta carga emotiva e conflitual.

O terceiro fator que queremos eleger: a guerra em África era completamente distinta da que se combatia na Europa. Por exemplo, a África Oriental alemã, com quem Moçambique fazia fronteira a norte, era duas a três vezes superior à dimensão da Alemanha, sem estradas e apenas com duas linhas de caminho-de-ferro, com épocas de chuvas torrenciais e secas prolongadas, onde a água tinha por vezes mais valor do que o ouro. As vastas áreas em que se desenrolaram as operações estavam infestadas de doenças terríveis e marcadas pelos ataques permanentes por todo o tipo de animais: girafas que destroem as linhas telegráficas, hipopótamos que atacam as embarcações nos rios e as pessoas junto à água, leões que comem os soldados durante a noite, rinocerontes que atacam durante as marchas, elefantes que destroem as linhas de caminho-de-ferro, crocodilos que impedem que se atravessem os rios e até enxames de abelhas que atacam sem piedade quem se aproxime das suas colmeias. Não podia ser mais diferente do que das frias e lamacentas, contínuas, trincheiras da frente ocidental europeia.

Este era o ambiente comum a todas as nações que se defrontaram em África e, ao contrário do que ocorreu na Europa, a forma como cada um dos beligerantes lidou com as condições extremas em que teve de operar, foi porventura mais relevante do que a simples comparação entre o potencial de força que opunha os adversários.

O quarto fator que queremos levantar é, que no início da Grande Guerra, praticamente, todas as potências coloniais se encontram em situações idênticas de impreparação para um conflito entre potências coloniais – as forças estavam, exclusivamente, viradas apenas para insurgências internas e para a manutenção da ordem pública. O ponto de partida foi este, de nações que não se prepararam para se combater entre si:

“Em vésperas da Grande Guerra tanto a AOB como o Uganda estavam completamente impreparados e em nada esperavam que houvesse acontecimentos na

riormente, virem a reclamar mais territórios na região, levou à decisão de declinar a oferta (Abbot, 2002, p. 5).

região(...) apenas a 29 de julho de 1914 foi feito um aviso pelo comandante das forças, Sir Henry Belfield, para tomar medidas de precaução” (Sibley, 1974, pp. 15 e 18-19).

E “não havia planos para aumentar as forças em caso de necessidade”. Existe uma frase que resume bem a situação no início da guerra: “o Exército Britânico da AOB foi o único que combateu primeiro e só depois é que treinou”. Como exemplo desta falta de preparação, destaca-se que “no princípio da guerra ofereceram-se 3 mil voluntários para os KAR mas não havia transportes, armas ou munições” (Sibley, 1974, p. 16; Samson, 2013, pp. 34, 36 e 46).

“As forças em África foram pensadas para lidar com insurreições e manutenção da ordem pública, nunca para atuarem contra entidades externas” (Anderson, 2014, pp. 13-15).

As forças, o sistema de recrutamento, a organização e os equipamentos militares presentes estavam dimensionados para lidar apenas com a ordem interna e com possíveis, frequentes, sublevações e revoltas das populações locais.

O quinto grande fator que gostaríamos de destacar: os povos locais foram alheios à guerra que se travava mas foram, significativamente, os que mais sofreram com as consequências das alterações de fronteiras e soberanias seguintes.

Foi uma guerra essencialmente combatida por “proxys”. Foram as populações locais as que participaram em maior número, quer como combatentes, nomeadamente os askaris, quer como auxiliares, em especial os carregadores, quer pelos efeitos – as centenas de milhares de vítimas espalhadas por inúmeras e vastas regiões. Os atingidos em nada beneficiaram com os objetivos propostos, foram, apenas, vítimas e sofrendores dos efeitos que não propuseram, não defenderam e nunca desejaram. Apenas sofreram muitíssimo e os seus relatos da participação forçada ou voluntária, das rebeliões e submissões, foram ainda muito pouco investigados e analisados.

Também há um sexto fator que, por vezes, passa despercebido ao leitor e tem de ser mais analisado: houve divergências claras entre os africanos-europeus – nomeadamente os bóeres – e os europeus vindos diretamente da Grã-Bretanha.

No caso britânico foi evidente a força de objetivos políticos diferenciados entre os principais responsáveis da União Sul-Africana e as diretivas de Londres. Os sul-africanos queriam Moçambique mais do que a África Oriental Alemã (AOA) e estavam dispostos a um esforço considerável para atingir essa ambição. Londres, embora tenha concordado em parte com esta visão, tinha outros estratégias que aconselhavam um esforço mais moderado e contido que se traduziria – como era a vontade de Kitchener – em limitar a ação dos alemães ao interior do seu território. O sétimo, e grande fator, que gostaríamos de relevar é o tom, quase generalizado nas inúmeras obras e fontes consultadas, de acusações recíprocas sobre os comportamentos agressivos contras as populações, as permanentes ofensas veiculadas

entre combatentes, que traduzem muitas das frustrações pelos variados objetivos das campanhas que ninguém conseguiu efetivamente alcançar.

Porque, no final, todos perderam muito e alguns ganharam pouco, mas o preço foi igualmente elevadíssimo. O preço das vidas e dos recursos perdidos foi enorme. O desprestígio e o sacrifício imposto às populações locais deixou marcas profundas em todos os territórios. O mal-estar provocado pelas acusações e recriminações recíprocas, dentro e entre cada nação, foi em alguns casos, deslegante, mesquinho e mesmo enganador, e apenas traduziu a enorme frustração sentida por quem não conseguiu atingir os seus objetivos.

Dificuldades no Estudo Sobre Portugal e África na Grande Guerra

O primeiro fator que gostaríamos de levantar é que, a maioria das análises sobre a participação portuguesa na Grande Guerra em África *se ficou pela leitura operacional*. Ou seja, há poucos estudos sobre a dimensão política, nacional e regional e, ainda menos, sobre a influência decisiva dos interesses opostos dos vários contendores.

O esforço militar português em África era então, como ainda o é hoje, pouco conhecido e pouco falado em Portugal, quando comparado com o esforço e a visibilidade do envio de forças para a Flandres europeia: “A organização e partida das forças expedicionárias a Angola e Moçambique quase que despercebida tem passado”. O então tenente-coronel de infantaria Barbosa tentou justificar esta apatia pública pela necessidade de se garantir o deslocamento por mar em segurança num “fundado receio de ataques inesperados em alto mar” e, por isso, na hora do embarque os combatentes portugueses vão “quase que abandonados, como que esquecidos, atravessam as ruas da cidade (...) cabisbaixos, silenciosos” e termina este autor: “parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África” (Barbosa, 1917, p. 837). Palavras premonitórias, infelizmente ainda plenas de atualidade, passados quase 100 anos.

O segundo fator, em parte comum a todas as restantes potências coloniais, mas muito mais evidente no caso português, foi a péssima preparação para estas operações, em especial, nos sistemas de sustentação da força. Portugal nunca tinha tido um sistema que permitisse, rapidamente, reforçar as colónias com uma expedição: “lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais, nada está feito nesse sentido”. Era ainda reconhecido como devia ser privilegiado o recrutamento local em desfavor das expedições europeias porque “as tropas europeias custam muito mais caras e esgotam-se mais depressa do que as indígenas”. Reconhecia-se também o enorme desconhecimento do terreno e da região em geral (Barbosa, 1917, p. 841; Martins, 1920, pp. 110-111 e 411).

O Exército estava ainda, no domínio operacional, “completamente desatualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar” (Telo, 2014b, p. 13). Em 1914, em Portugal, não existiam os equipamentos necessários, os fardamentos e os armamentos para apetrechar os milhares das forças expedicionárias porque “não houve qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento desde 1908” (...) e porque a instituição tinha estagnado e regredido na sua evolução. Mesmo que se quisesse, em cima do início das operações em 1914, tentar reverter esta situação, era ainda mais difícil porque tudo se tinha agravado nos processos morosos de aquisição ao estrangeiro (numa época em que toda a Europa se encontrava em guerra). Era quase impossível adquirir as tão necessárias “estações de telegrafia sem fios, lençóis impermeáveis, automóveis e os seus pertences, por vezes os soros e as especialidades farmacêuticas, metralhadoras e munições, aviões e pertences”. Depois era necessário assegurar o transporte até Moçambique “somente em navios portugueses porque outros não havia”. Tudo praticamente faltava e pouco, ou quase nada, estava preparado para efetuar as ambiciosas expedições a milhares de quilómetros da Europa. Para cúmulo da impreparação, nem as inspeções médicas eram realizadas e entre os enviados havia muitos infetados com a sífilis (Marques, 2012, p. 76).

Terceiro fator, demasiadamente omitido em muitas das análises portuguesas, é que o Exército de 1914-1918, nada tinha a ver com o Exército Português das campanhas de África efetuadas nas décadas anteriores⁴. A partir do momento – em 1908, Regicídio – em que as “choças dos civis armados da Carbonária” se tinham infiltrado dentro das unidades do Exército, que a disciplina, a hierarquia, a organização e todo um sistema de comando e planeamento coerente tinha efetivamente desaparecido⁵.

Em 1917, três anos após o início das operações em Moçambique, o diagnóstico do estado das forças portuguesas era inequívoco: “a nula preparação do nosso exército para a guerra, a falta de recursos financeiros e ainda mais o tempo perdido na definição da nossa situação perante a guerra europeia”. Não se soube, ou deliberadamente não se quis definir um claro objetivo político em 1914 sobre o que fazer em Moçambique e, como vimos, desde pelo menos 1910, o Exército Português estava profundamente minado politicamente e incapaz de poder responder de forma coe-

4 “Antes de 1910, o Exército Português tinha dado inúmeras provas da sua eficácia nas campanhas onde se empenhava, quase todas no Império, onde 98% das operações são um sucesso (...) em Agosto de 1914, o Exército Português é uma sombra do que tinha sido anos antes” (Telo, 2014b, p. 12).

5 As denominadas choças da carbonária não atuavam junto dos oficiais mas antes junto dos “sargentos, cabos e soldados” (Telo, 2014b, pp. 2-5) minando assim completamente qualquer forma de autoridade normal num Exército.

rente a uma guerra mundial que se desenvolvia em múltiplas frentes. De 1914 a 1918 o Exército era “uma coisa híbrida, com um pé cá e outro lá, politizada e dividida, minada de clubes e associações secretas (...) era uma instituição sem alma e sem coesão” (Telo, 2014b, p. 13). Quando o poder político decidiu dividir o Exército internamente e colocar o corpo de oficiais “sob vigilância permanente de cabos e sargentos organizados clandestinamente dentro dos quartéis” estava declaradamente a sabotar qualquer hipótese desta prestigiada instituição poder operar de forma eficaz, e que, tradicionalmente, o fazia dentro de uma postura proactiva. Em 1911, para agravar todo este quadro, tinha sido decidida uma reforma – como muitas outras nunca passou verdadeiramente do papel e, em 1914, estava ainda muito longe de estar implementada –, que tinha uma motivação clara: reduzir a uma expressão mínima o corpo de oficiais profissionais e substituí-los por escolas de oficiais milicianos. A síntese não podia ser mais clara por António Telo: “O regime tinha debilitado fortemente em quatro anos a capacidade operacional das Forças Armadas, destruindo a sua disciplina, minando-as com grupos clandestinos dentro dos quartéis, tornando-as um instrumento da luta partidária, paralisando a sua modernização, reduzindo fortemente o seu moral” (Telo, 2014b, pp. 7, 9, 11 e 25).

Quarto fator da dimensão nacional, Portugal apresentava, além de um prévio e agravado caos político e estrutural, uma relação de recursos, humanos, materiais e financeiros, muitíssimo menor que os seus aliados. Contra um mesmo inimigo, como por exemplo, as forças da AOA, os britânicos apresentaram sempre efetivos na ordem dos 30 mil a 60 mil combatentes (excluindo os carregadores), os belgas, várias dezenas de milhares e ambos utilizaram muito do seu esforço, recursos e tempo, na construção e edificação de sistemas completos de sustentação e apoio – desde um sistema fiável de pagamentos aos combatentes e carregadores, passando por adequadas linhas de comunicação até ao apoio em hospitais e distribuição de munições e alimentos. Portugal nunca atingiu a dezena de milhar de combatentes, sendo que a sua maior expedição não chegou sequer aos 5 mil homens e, porque tinha uma enorme e inóspita área para defender, teve imensas dificuldades em concentrar potencial para poder influenciar decisivamente os resultados dos combates. Para a dimensão do esforço português, enorme em termos nacionais, mas pequena quando comparada com a dimensão dos aliados que chegaram a ter “efetivos acumulados a atingir entre perto de 250 mil homens e, pouco mais ou menos, 210 mil homens”. No entanto, importa referir que foi um esforço tremendo e que saiu caríssimo a Portugal, e nada melhor do que a síntese de René Pélissier para entendermos a gravidade da situação: “todas as campanhas coloniais em Moçambique de 1855 a 1917, reunidas, custaram aos portugueses menos mortos que a sua intervenção na Grande Guerra na África Oriental” (Pélissier, 2000, vol. 2, pp. 387, 393 e 405).

O quinto fator é a falta de estudos profundos sobre a realidade político-militar em Moçambique e Angola – papéis, interventores, objetivos e rivalidades. Falta carac-

terizar todas as parcelas das forças em presença, como se organizavam, como era exercido o comando e a sua sustentação. Basta lembrar a desadequação das forças metropolitanas para estas operações, as diversas forças em presença com grau muitíssimo diferenciado de preparação: Exército expedicionário metropolitano, Exército local, Milícias locais, Oficiais da metrópole e locais, Corpo de Polícia do Niassa e da Guarda Nacional Republicana de Lourenço Marques, os sipaios, carregadores e forças de diversas etnias moçambicanas e angolanas.

Também ainda estarão no início os estudos sobre a composição e influência das companhias privadas em Moçambique, bem como da sua lealdade e ligações. Como refere Pélissier, as populações recebiam, efetivamente, os alemães de braços abertos porque estavam cansadas e revoltadas pelos “contratos forçados na região da companhia do Niassa” e também pelo “recrutamento imposto pelos britânicos em 1914”. Os britânicos levantam a suspeita de cooperação entre a Companhia do Niassa e os alemães (inclusivamente ajudando no recrutamento de africanos na zona)⁶. Para Portugal esta era uma área em que “o Estado se encontrava ausente (cerca de 25% de todo o Moçambique) (...) por ordem de um Conselho de Administração londrino no qual preponderavam os interesses dos Randlords e, depois, dos banqueiros alemães”. No fundo estava-se em presença de uma “colónia privada no interior de uma colónia portuguesa” e que não estava em África para “a colonizar mas para dela extorquir o máximo lucro”. Esta foi uma constatação confirmada, com muita surpresa, pelas sucessivas expedições portuguesas enviadas da metrópole e talvez isso explique, também, além dos fatores referidos anteriormente, porque “os alemães, que eram copiosamente odiados pelos seus súbditos, nunca foram tomados por inimigos pelos Moçambicanos” (Pélissier, 2000, vol. 1, pp. 134, 391 e 396; e Vol. 2, p. 439). Os britânicos diziam claramente que os alemães tinham ascendência sobre a Companhia como podemos ler num dos documentos recolhidos: “Mr. Pieter Vuyk, de Amsterdão, admitiu que possuía as ações em nome de empresas alemãs”. Neste mesmo documento o general Smuts declarou que a Grã-Bretanha deve comprar estas ações alemãs, antes da guerra terminar, por forma a controlar, no futuro, a rica região e o acesso à importantíssima Vila de Porto Amélia. Smuts afirma ainda que a Companhia é deliberadamente “corrupta e cruel” (EvocIGG; P. Tip&Bel; 1917, NA T1 12131, pp. 7 e 8).

Esta dimensão, das companhias comerciais, a par da profusão da tipologia de forças e respetivas origens, necessita de um muito maior aprofundamento.

6 “A coluna dos Macondes, comandada pelo Major Cunha para abrir os 14 quilómetros de estrada (...), entre 27 de abril e 14 de junho de 1917 (...) destruíram 150 povoações indígenas, envolvendo-se em diversos combates com as populações revoltadas e descontentes com a ação da Companhia do Niassa” (Marques, 2012, p. 207).

As análises feitas pelos outros intervenientes, nomeadamente os britânicos e os alemães, foram marcadamente com preconceito sobre as possibilidades e características dos portugueses e sem terem em linha de conta o “caos político” que se vivia em Portugal. Revelaram, por outro lado, uma grande frustração nas suas análises próprias – porque a guerra começou muito mal para os britânicos e correu também muito mal para parte dos objetivos finais alemães, pelo que o “bode-expiatório” foram, muitas vezes, as forças portuguesas e a denominada colonização portuguesa.

O soldado português, africano ou europeu, cumpriu, sofreu muitíssimo e, em face das condições que lhe foram criadas e oferecidas, merece todo o respeito, admiração e melhor investigação. A par de britânicos, belgas, alemães e franceses, foi abnegado, lutou com a mesma galhardia e sentiu as mesmas dificuldades. Mas, enquanto os governos dos outros países decidiram agir e reagir em tempo, Portugal não conseguiu agir nem reagir e foi o soldado português, sozinho na frente de combate, a prestar serviço no meio de um corpo multifacetado e minado por inúmeros movimentos políticos, que tentou fazer o melhor que sabia e podia em nome de todos os seus cidadãos.

Em Síntese

Os principais fatores levantados foram, ao nível internacional, os seguintes: o pouco interesse sobre a frente africana demonstrado na pouca historiografia produzida até hoje, as visões quase exclusivamente nacionais que têm sido publicadas, que a guerra em África era completamente distinta da que se combatia na Europa, que das forças em confronto, na realidade, as nações não se prepararam para se combater entre si, que os povos locais foram alheios à guerra e os que mais a sofreram, que houve efetivamente divergências claras entre os africanos-europeus e os europeus vindos diretamente da Grã-Bretanha e, finalmente, que o tom habitual em muitas das obras publicadas se encontra repleto de acusações recíprocas sobre os comportamentos agressivos contras as populações locais.

Ao nível nacional, destacámos: que a maioria das análises sobre a participação portuguesa na Grande Guerra em África se ficou pela leitura operacional esquecendo, muitas vezes, a importante dimensão política e estratégica, a péssima preparação de todas as forças participantes, e que o Exército se encontrava desde o início da guerra deliberadamente diminuído e minado, que Portugal sempre apresentou, face aos seus aliados, uma dimensão muito mais reduzida em recursos materiais, financeiros e humanos, que a realidade político-militar em Moçambique, incluindo a influência das entidades privadas foi esquecida, ignorada ou ainda muito pouco estudada.

O caminho da investigação nesta frente é imenso e necessita de muito aprofundamento e de novas interpretações. Precisa, acima de tudo, de contraditório e de

estudo cruzado entre todos os participantes, aliados e inimigos, povos europeus, asiáticos e africanos.

Referências

- Abbot, P., 2002. *Armies in East Africa 1914-18*. Oxford: Osprey.
- Abecassis, F., 2014. *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Anderson, R., 2014. *The Forgotten Front – The East African Campaign 1914-1918*. Gloucestershire: History Press.
- Barbosa, E. A. A., 1917. O nosso esforço militar em África. *Revista Militar*, n.º 69, 12 de dezembro, pp. 836-843.
- Haywood, A., 1964. *The History of the Royal West African Frontier Force*. Aldershot: Gale & Ponden.
- Jordan, D. 2008. *The Balkans, Italy & Africa 1914-1918*. London: Amber Books.
- Lettow-Vorbeck, von, 1923. *As minhas memórias da África Oriental*. Lisboa: Revista Militar. Tradução de Abílio Pais dos Ramos.
- Martins, F., coord., 1938. *Documentos em Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- Marques, R., 2012. *Os Fantasmas do Rovuma*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Paice, E., 2008. *World War I – The African Front: an imperial war on the African Continent*. New York: Pegasus Books.
- Pélissier, R., 2000. *História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918* (2 Vols). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pires, N. L., 2014a. Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar. *Revista Militar*, 66(5), Número Temático extraordinário sobre: Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914-1918), Lisboa, pp. 429-458. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=924.
- Pires, N. L., 2014b. O Exército de Portugal no Início da Guerra: Ação, Reação e Omissão. In: *Livro de Atas do Colóquio Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 25-37. Disponível em <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/ColoquioPortIGM.pdf>.
- Pires, N. L., 2015. Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra. In: *Livro de Atas do Seminário Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Lisboa: Fronteira do Caos/IESM.
- Samson, A., 2013. *World War I in Africa: The forgotten conflict among the European Powers*. London: I.B. Tauris.

Sibley, R., 1971. *Tanganikyan Guerrilla: East African Campaign 1914-18*. New York: Ballantine Books.

Teixeira, N. S., 2014. *Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20mem%C3%B3ria%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>.

Telo, A. J., 2014a. *Cronologia de 1914: Portugal na Grande Guerra*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>

Telo, A. J., 2014b. *A beligerância portuguesa na Grande Guerra*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20BELIGER%C3%82NCIA%20PORTUGUESA%20NA%20GRANDE%20GUERRA%201.pdf>

Telo, A. J., 2015. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa* n.º 139, pp. 8-33. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD139.pdf>.

Fundos documentais

Comissão Organizadora da “Evocação dos 100 anos da Grande Guerra” – Projeto: “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra” liderado pelo Professor Doutor António José Telo (EvocIGG- P. Tip&Bel), recolhidos em Portugal (arquivos); Londres, Paris, Washington e Friburgo.